

dinheiro vivo

48

líderes exigem medidas fortes no OE 2021

Da agricultura à indústria e serviços, sem esquecer as *startups*, prioridades para um Orçamento do Estado que responda melhor à crise e garanta manutenção do emprego.

48 líderes exigem medidas fortes no OE2021

Alberto Castro, economista e professor universitário

O debate do OE parece cingir-se a quanto sobe a despesa pública. Quem paga a conta? O país precisa de quem invista, inove e arrisque. Majorrem-se os apoios ao reinvestimento dos lucros, em particular em I&D, sem excluir as grandes empresas (todas são precisas). Havendo destruição de emprego, condicione-se o apoio a um plano de responsabilidade social. Seria um excelente sinal.

Alexandre Fonseca, CEO da Altice

Há pelo menos quatro anos que assumo a efetiva importância no combate à iliteracia digital e à necessidade de infraestruturização do território, como um todo, com Redes de Nova Geração. Estes são temas sérios e que gostava de ver finalmente refletidos no OE. Só com acesso igualitário a todos os cidadãos conseguimos reabilitar a população ativa, promover novas capacidades e oportunidades, combater as desigualdades. É fundamental que o Estado perceba que não compete aos operadores privados fazer este investimento sozinho, como a Altice Portugal tem feito, de forma voluntária e numa lógica de serviço público.

Alexandre Meireles, presidente da ANJE

O OE 2021 deve consagrar verbas

para reforço das estruturas intermédias do Estado com quadros qualificados e meios tecnológicos, de molde a agilizar avaliação e financiamento de projetos empresariais no âmbito dos novos fundos europeus. Considerando o prazo relativamente curto para materializar a nova geração de fundos, importa que o Estado seja eficiente na atribuição de incentivos comunitários, sob pena de projetos de qualidade não saírem do papel.

Amílcar Falcão, reitor da Universidade de Coimbra

As instituições de ensino superior colocaram-se na linha da frente no combate à pandemia, não olhando a meios para proteger a Academia e partilhar o conhecimento. Uma medida crucial para constar no próximo Orçamento do Estado seria o apoio no controlo ao défice com um quadro financeiro robusto. O país tirará certamente mais dividendos das universidades se optar por um esforço no sentido da autonomia reforçada do que no reforço da autonomia esforçada.

Ana Isabel Trigo Morais, CEO da Soc. Ponto Verde

A SPV acredita que a atividade regulatória do Estado é fundamental para o desenvolvimento das atividades económicas ao invés de

as impactar negativamente. Consideramos por isso muito relevante a criação de um Observatório para o setor dos resíduos com vista à monitorização do seu desempenho. Isso permitirá melhorar a competitividade do setor e, a par da transparência e compreensão do seu funcionamento, será possível atingir a máxima eficácia, especialmente se olharmos para os resíduos enquanto recursos de valor para a economia nacional, que queremos cada vez mais circular.

André Jordan, fundador do André Jordan Group

Compreende-se que o governo tenha de fazer concessões para aprovar o OE. O que não se entende é que seja à custa de um setor que é dos principais contribuintes para o PIB e onde o investimento é integralmente privado e não beneficia de benesses fiscais. Qualquer brasileiro descendente de portugueses obtém cidadania sem imposição de investimento. O efeito psicológico disto nos mercados é altamente negativo.

António Portela, CEO da BIAL

É fundamental que sejam criadas condições para as empresas se capitalizarem e investirem. Um pacote fiscal muito agressivo tenderá a motivar os empresários a fazerem investimentos necessários para manter e desenvolver negócios. Esta aposta será geradora de

crescimento e emprego. Terão de ser os empresários a devolver o crescimento ao país, mas precisam de condições fortes e estáveis para o fazer.

António Sampaio de Mattos, presidente APCC

O OE2021 devia conter medidas de apoio ao emprego e ao comércio, como subsídios ou incentivos fiscais e não iniciativas como a do Suplementar, que representou a intromissão do Estado nas relações entre agentes privados, com claro prejuízo para os Centros Comerciais e um sinal negativo para o investimento nacional e estrangeiro.

Bernardo Brito e Faro, CFO da Sogrape

As empresas são o motor da economia, geradoras de emprego e de riqueza. Nesta fase de crise, o OE deveria ser muito mais centrado nelas e nas pessoas. Para as apoiar e estimular a sua modernização, crescimento, exportação, internacionalização e consequentemente garantir a manutenção e até incentivo à criação de emprego, o OE2021 devia assegurar uma carga tributária mais favorável, reduzindo a taxa geral da Segurança Social para empresas e indivíduos.

Boris Miloushev, presidente da Associação Cervejeiros de Portugal

Este ano temos uma redução média de 34% de consumo de cerveja na restauração e no caso dos microcervejeiros a quebra é superior a 60%. Seria eficaz a aplicação de taxa zero do IEC da cerveja em 2021 para os microcervejeiros, a exemplo do que têm os produtores de vinho, e uma redução de 20% para os cervejeiros que produzam mais de 1 milhão de litros por ano, para assegurar os níveis de emprego no setor.

Carlos Barbot, CEO do grupo Barbot

Primeiro, o Estado devia intervir na área dos investimentos, por exemplo no caso do novo Aeroporto de Lisboa e com o turismo a enfrentar grandes quebras, deve repensar se faz sentido avançar. Depois deve olhar-se para o parque habitacional degradado. Há zonas inteiras com edifícios que deviam ser demolidos e dar lugar a casas de renda ou preço controlado. Outro ponto a incluir no OE seria a redução do IRS para a classe média, ou seja nos escalões intermédios, para aumentar o poder de consumo dos portugueses. Por fim, é muito importante proporcionar um incentivo à exportação para que as empresas possam crescer e consequentemente gerar riqueza para o país.

Duarte Libano Monteiro, country manager da Ebury Portugal

É altura de tomar decisões a mais longo prazo, que ajudem as em-



Da agricultura à Academia, da indústria aos serviços, das telecoms à distribuição e *startups*, sem esquecer o inevitável turismo, gestores e empresários, economistas, empreendedores e representantes de setores alertam que o Orçamento do Estado tem de ser capaz de responder à crise e salvar postos de trabalho. O documento deverá ser entregue na Assembleia da República na próxima segunda-feira.

Texto: Ana Laranjeiro, Ana Marcela, Filipe Morais, Ilídia Pinto, Rosália Amorim e Sónia Santos Pereira

presas a gerar mais emprego e receita. Num mercado global tão competitivo, os custos de produção são cada vez maiores devido a impostos diretos e indiretos, enquanto outros países têm custos inferiores, muito graças a impostos reduzidos e investimento público que permite ajudar a essa redução de custo. Era fundamental que neste OE, o governo onerasse menos as empresas nos impostos.



Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

Adicionalmente a medidas de aplicáveis a todos os operadores (e outras sem impacto orçamental), a CAP defende a diferenciação positiva da fiscalidade na Agricultura e destaca quatro medidas: taxa especial de 28% para rendimentos agrícolas (com englobamento possível); benefícios fiscais com extensão do CFEI II a sujeitos passivos singulares e aceitação de equipamento usado como investimento elegível; dedução do IVA da despesa com viaturas de transporte de mercadorias e isenção de contribuições (IRS e SS) no trabalho suplementar.



Fernando Oliveira, CEO da Sonae Sierra

É importante que no OE2021 não haja uma intromissão do Estado nas relações contratuais entre empresas privadas, como a medida do

Suplementar que elimina, até ao final do ano, o pagamento da componente fixa das rendas nos Centros Comerciais. Seria também relevante que incluísse medidas de apoio ao emprego, para assegurar a retoma, nomeadamente dos níveis de consumo.

Filipe Santos, dean da Católica

Incentivos fiscais à formação dos colaboradores das empresas. Tendo em conta que a capacitação da força de trabalho é essencial para o aumento da produtividade dos trabalhadores portugueses, numa lógica de formação ao longo da vida, propõe-se um benefício fiscal para os investimentos em formação dos colaboradores. Assim, as despesas realizadas com formação, conferente de grau académico ou não, deveriam usufruir de majoração de custos para efeitos fiscais em 50% (até uma percentagem máxima de 5% da faturação).



Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal

O OE2021 deve contemplar uma importante medida de apoio ao emprego e viabilidade das empresas em contexto de crise empresarial, devidamente projetada do ponto de vista legislativo e iniciada atempadamente com a respetiva dotação financeira. Trata-se do



lay-off simplificado, instrumento que não constou do OE Suplementar, que o substituiu pelo apoio à retoma progressiva, cujos resultados ficam muito aquém das expectativas.

Francisco Horta e Costa, diretor-geral da CBRE Portugal

É essencial desenvolver produto residencial para as classes média e média-baixa. Há promotores imobiliários nacionais e estrangeiros que têm interesse em promover projetos, nomeadamente para arrendamento, mas também para venda a preços acessíveis. No entanto, o preço de terrenos e construção subiu consideravelmente e é necessário encontrar forma de estimular o seu desenvolvimento rápido. Proporia baixar o IVA da construção nova para 6% e quando se trate de projetos residenciais para arrendamento e/ou venda até 3000€/m², bem como isentar de IMI por dez anos todos os projetos novos construídos e mantidos para arrendamento durante esse período.



Gaspar D'Orey, CEO da Datt

Gostava de ver um plano para atingirmos o IRC mais baixo da Europa em três a cinco anos. Isto fará de Portugal um destino para investidores e sedes de empresas internacionais (e não apenas *backoffice*), trazendo mais criação de em-

presas e com isso empregos. Os portugueses já lideram pelo mundo; vamos trazer a liderança do mundo para Portugal.

Gonçalo Caseiro, presidente da INCM

A área da ciência não foi das mais mediatizadas nas últimas semanas, mas creio que podemos acreditar que a proposta de OE refletirá a continuidade na aposta na produção de I&D em Portugal, confirmando o processo de convergência com a Europa, num momento em que todos sabemos que este é um fator crítico para o nosso futuro coletivo. Paralelamente deve-se prosseguir o caminho de criar oportunidades que confirmem liberdade de experimentação aos nossos inovadores, na qual se pode já afirmar como o vibrante mundo das *startups* nacionais.



Gonçalo Lobo Xavier, diretor-geral da APED

Perante a adversidade pandémica e o seu possível agravamento em 2021, é fundamental a inclusão de medidas dirigidas a empresas e famílias: majoração fiscal em sede de IRC superior à prevista hoje para gastos das empresas em materiais e investimento em segurança para a covid; eliminação das excessivas tributações autónomas das empresas e benefícios fiscais simples e claros à criação e manutenção de postos de trabalho.



Guilherme W. d'Oliveira Martins, of counsel da Miranda

As medidas fiscais de apoio às empresas devem ter duas vertentes: curto e médio/longo prazo. Na vertente conjuntural, os apoios devem privilegiar o apoio à tesouraria, como extensão de pagamentos. Em complemento, apoio ao investimento em projetos concretos ligados ao Plano de Recuperação Económica. No médio/longo prazo, deve haver um sinal claro de estabilidade, em particular quanto ao não agravamento dos impostos – porque não cinco anos de tréguas fiscais?



Henrique Herculano, diretor de Operações da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos

Gostariamos de ver no OE uma medida muito simples de implementar e de inquestionável justiça: a obrigatoriedade de o Estado estipular prazos de pagamento e reembolso, pagando juros de mora quando não são cumpridos. Qualquer contribuinte conhece as virtudes deste sistema.



Joaquim Cunha, diretor executivo do Health Cluster

Um dos pilares do OE2021 devia ser o incentivo à economia e ao desenvolvimento empresarial,

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

enquanto base da geração de riqueza e emprego de qualidade. Uma medida que poderia substanciar isso na saúde seria a eliminação da contribuição extraordinária aplicada aos dispositivos médicos, medida cega e um claro sinal negativo num setor emergente e de elevado potencial no país.



João Bento, CEO dos CTT

No contexto de arrefecimento da economia e subida do desemprego, as medidas inscritas no OE2021 assumirão um papel fundamental para mitigar impactos mais negativos da pandemia. São imperiosas iniciativas que apoiem a continuidade de negócio e atenuem o impacto sobre pessoas e emprego. É essencial o papel dos incentivos e instrumentos para a retoma das empresas, promovendo capitalização, investimento e com isso a manutenção/criação de emprego.



João Borge, executive director da Startup Portugal

É durante as crises que nascem algumas das maiores startups – Uber, WhatsApp, Talkdesk, Feedzai –, porque encontram formas mais rápidas melhores e mais baratas de oferecer serviços. Importa preparar as capitais de risco para apoiar startups que estão a nascer e a crescer em Portugal e que um dia irão devolver à sociedade o apoio dado em múltiplos do investimento feito.



João Vieira Lopes, presidente da CCP

A CCP tem um fundado receio de que a queda da economia seja superior ao previsto. Neste contexto, as

políticas públicas e, em especial, o OE, ganham maior importância enquanto instrumento ativo de política económica. O OE tem de corporizar uma política pró-cíclica de recuperação, ser impulsionador do investimento público e também de adotar um conjunto substancial de medidas (em especial a nível fiscal) que revigorem o tecido empresarial e fomentem o investimento das empresas.



Jorge de Melo, CEO da Sovena

Qualquer economia que se queira competitiva, moderna e eficiente tem de ter em consideração o Ambiente, incorporá-lo no modo de atuar. Na indústria, é imprescindível a reconversão de grande parte dos ativos industriais para que a produção seja feita de forma mais amiga do ambiente. O OE deve contemplar um claro apoio às empresas na reconversão ambiental nas suas várias vertentes.



Jorge Rebelo de Almeida, presidente grupo Vila Galé

Para fazer face a esta terrível pandemia, às condições de saúde dos portugueses e para prevenção de futuras maleitas, era decisivo criar um Plano Nacional de Imunização da população. É seguramente a melhor defesa do organismo para todas as viroses. Nesse plano teríamos de incluir, além de complexos vitamínicos, programas de saúde e bem-estar, práticas desportivas e de alimentação saudável. Se implementarmos estas medidas sairemos reforçados no pós-covid.



Jorge Tomás Henriques, presidente da FIPA

A indústria agroalimentar tem um papel estratégico na economia e no abastecimento do país. É porém um

dos setores com maior carga fiscal, direta e indireta. O contributo deste setor deve ser valorizado com um OE que estimule empresas e consumo, através de medidas (audaciosas) como nivelar à taxa de IVA de 6% todos os produtos alimentares e abrir caminho à eliminação de impostos discriminatórios, que vieram diferenciar negativamente algumas categorias.



Luís Lima, pres. da APEMIP

Nesta altura, devemos ser realistas e comedidos no que almejamos para os setores que representamos. No que respeita ao imobiliário, gostaria que o OE2021 mantivesse os programas de autorização de residência para atividades de investimento, ao invés da proposta de travagem prevista no atual OE e que o governo parece ter intenção de fazer aprovar até ao fim do ano, restringindo o investimento a Açores, Madeira e interior. O papel do Estado deveria ser o de promover o aumento da oferta, não o de travar a procura, ainda mais num contexto pandémico e inédito em que vamos precisar – e muito – de investimento estrangeiro. Travá-lo vai em total contradição com o que se passa em Espanha, Itália ou Grécia, que estão a ser audazes ao posicionarem-se para promover esta oportunidade de captar capital.



Luís Miguel Ribeiro, presidente da AEP

Redução significativa da carga fiscal juntamente com a criação de um Programa Estratégico para a Valorização da Indústria Portuguesa, nos moldes que a AEP apresentou recentemente ao governo. Além do impacto positivo a muito curto prazo, esta medida tem um caráter estrutural no que toca à melhoria da competitividade da economia, com oportunidade de implementação



face aos elevados recursos financeiros que Portugal vai receber, garantindo a necessária comparticipação nacional no OE 2021.

Luís Pedro Martins, pres. Turismo do Porto e Norte e da ATPN

É expectável que o OE2021 possa aportar medidas que permitam revitalizar tecido económico, empresas e empregabilidade, minimizando os impactos da crise. Uma discriminação positiva para o turismo permitindo salvar empresas e emprego. A medida anunciada de introduzir uma mais-valia ao nível de imposto no consumo turístico em Portugal é uma boa solução. No entanto, considerando os próximos meses de pouca procura, serão cruciais apoios financeiros a fundo perdido. Pensando no pós-covid e adivinhando a grande competição entre destinos, é vital o reforço das verbas para as regiões poderem atuar com expressão na promoção dos destinos regionais lá fora.



Manuel Reis Campos, presidente da AICCOPN

A aposta no investimento público é amplamente consensual e alinhada com as prioridades europeias, pelo que se devem efetivar no OE2021 dotações orçamentais necessárias para assegurar o correto aproveitamento do PT2020, novos instrumentos de financiamento comunitário. Esta definição é essencial para a economia e o emprego e para um posicionamento competitivo das empresas, designadamente construção e imobiliário, nos projetos identificados como essenciais para o país.



Martim Guedes, co-CEO da Aveleda

A agricultura está a iniciar uma revolução tecnológica. Da robotização das tarefas à agricultura de precisão, tudo vai mudar e o estado da arte ainda é embrionário. Há que apoiar duas áreas de investigação: (i) robo-

tização de tarefas duras e pesadas, que já não têm trabalhadores disponíveis e (ii) investigação nas práticas agrícolas, que permitam menor uso de recursos naturais e pesticidas e alta qualidade do produto com custos controlados e elevada produtividade por hectare. Esta revolução obriga a investimento em I&D que precisa de apoios públicos, pois os montantes são elevados e o prazo de recuperação muito longo.



Miguel Matos, diretor-geral da Tabaqueira

A política fiscal deverá estar mais do que nunca alinhada e coordenada com a política económica, assegurando maior previsibilidade às empresas, nomeadamente devido à necessidade de atração e manutenção do investimento estrangeiro, que tanto pode contribuir para a recuperação do tecido económico com emprego gerado e exportações.



Miguel Pina Martins, presidente da AMRR

O regime de rendas variáveis para os contratos celebrados em Conjuntos Comerciais deve ser prolongado para 2021. Após um 2020 de prejuízos superiores a 40%, só esta medida de partilha de risco entre lojistas e proprietários permitirá evitar insolvências em massa e aumento exponencial do desemprego num setor (retalho e restauração) responsável no mínimo por 375 mil postos de trabalho.



Nuno Rangel, CEO do grupo Rangel

Sugeria o incentivo aos investimentos a realizar pelas empresas de logística, sem os impedimentos atuais à sua habilitação de candidatura (dimensão da empresa; prestadora de serviços). O investimento impacta positivamente na recuperação do

PIB e na criação de postos de trabalho. O investimento em logística é um dos fatores críticos para a competitividade das empresas, com especial destaque para as exportadoras. Exemplos de investimentos, como plataformas logísticas e digitalização dos fluxos logísticos, permitiriam aos produtos nacionais aceder a mercados em condições de melhor competitividade do que os concorrentes. Portugal tem de continuar a apostar nas exportações, mas com isso é importante olhar para as necessidades das empresas de logística, que as apoiam.



Nuno Ribeiro da Silva,
presidente da Endesa Port.

A preocupação principal deve ser deixar mais dinheiro no bolso de empresas e famílias, para as empresas não fecharem, usarem fundos europeus e produzirem e as famílias consolidarem o poder de compra. Na emergência de 2020, foi lançado dinheiro na economia, em 2021, com os fundos europeus, o sinal mais importante é o desagravamento fiscal. Além de reduzir a fiscalidade sobre quem gera riqueza – empresários e trabalhadores – daria um sinal de que vale a pena trabalhar. Reduzir impostos também é um bom incentivo para o investimento verde em novas formas de produção e utilização da eletricidade.

Olivier Establet,
presidente da DPD Portugal

Deve criar-se incentivos ao investimento privado, nomeadamente ao que promove criação de emprego e investimento em tecnologia para modernizar a economia, aumentar a eficiência das empresas e diversificar o crescimento para setores que não apenas ligados ao turismo. Com essa estratégia podemos ser um país inovador e aumentar a competitividade. Da mesma forma,



os incentivos à sustentabilidade passariam pela redução dos impostos sobre eletricidade e compra de carro elétrico para empresas que atinjam determinada fatia de mobilidade elétrica, reduzindo o défice externo pela redução das importações de petróleo e apostando num modelo de desenvolvimento sustentável. Devem ser incentivadas as exportadoras com redução da taxa de IRC em função do peso da exportação de cada uma, para promover estratégias internacionais.

Pedro Matias,
presidente do ISQ

O OE2021 deve, mais do que nunca, discriminar positivamente produção de conhecimento e inovação. Conhecimento, empreendedorismo e inovação serão os *drivers* de crescimento dos próximos anos e a chave para ultrapassar a crise provocada pela covid. Deve haver medidas robustas para avançar estes *drivers*, como um novo sistema de incentivos fiscais à I&D (alargando despesas elegíveis e elevando taxas de recuperação), apoio à contratação de doutorados nas empresas, incentivos fiscais aos centros de interface e infraestruturas tecnológicas e ao seu trabalho direto com empresas.



Pedro Mota Soares,
secretário-geral da APRITEL

O setor das comunicações eletrónicas é responsável em Portugal por 2,3% do PIB; pela criação e manutenção de cerca de 18 mil empregos diretos; pelo investimento de mais de 5 mil milhões nos últimos cinco anos e fundamentalmente pela garantia da coesão social e territorial. Mesmo numa conjuntura adversa relacionada com a enorme pressão sobre as receitas (-20% desde 2012) o setor tem apresentado uma performance de excelência, com cobertura e redes ao nível do melhor que se faz na Europa, mais e melhores servi-



ços, como prova o crescente aumento do consumo de dados. Há que acreditar no que o setor pode aportar a Portugal, valorizar as comunicações e desonerar custos sem justificação e que só atrapalham. O OE devia considerar o financiamento do desenvolvimento de redes e coberturas em zonas sem rentabilidade comercial e o apoio das famílias carenciadas a um serviço universal de internet.

Pedro Pires de Miranda,
presidente executivo da Siemens Portugal:

Reforço do incentivo fiscal em investimentos/projetos de digitalização na indústria transformadora e resiliência das infraestruturas críticas, e na formação contínua dos trabalhadores em ambiente tecnológico de transição digital (incentivo nas horas de formação efetiva) para a recuperação.



Rafael Campos Pereira,
vice-pres. AIMMAP

Reiteramos a necessidade de profunda reforma fiscal nos impostos sobre o rendimento. Descida do IRS, permitindo ganhos de rendimento dos trabalhadores e um profundo estímulo ao consumo. Descida do IRC, garantindo aumento da competitividade empresarial e estímulos ao investimento. Eliminação progressiva de tributações autónomas, assegurando um planeamento fiscal mais transparente e previsível.



Raul Martins,
presidente da AHP

A AHP fez chegar várias propostas ao governo. A destacar uma a incluir no próximo OE: o apoio à manutenção do emprego. Os mecanismos aprovados que vieram substituir o *lay-off* simplificado assentam num pressuposto que não se aplica ao setor turístico: que a partir de agosto se verificaria uma progressiva retoma da atividade (a TO na

hotelaria neste ano não irá além de 30%). Por isso, a AHP propõe que empresas com queda de faturação igual ou superior a 50% tenham o custo com a massa salarial que suportam participado pelo Estado em percentagem igual à da proporção da queda de faturação, incluindo redução da TSU na mesma proporção. Assim manter-se-ia o vínculo laboral até à retoma de forma a preservar o emprego e as empresas estarem aptas para o arranque.



Ricardo Neto,
presidente da Novo Verde e ERP Portugal

Numa ótica de economia circular, devia estar prevista uma discriminação positiva sobre equipamentos elétricos e eletrónicos, bem como embalagens que incorporem materiais reciclados. Estando o país a preparar-se para o sistema de depósito de embalagens de bebidas de plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio, deviam ainda ser consignados apoios aos investimentos necessários dos *stakeholders*.



Ricardo Tomaz, diretor de Marketing Estratégico e Relações Externas da SIVA

Com a crise da covid e a enorme depressão do setor, devia estar no OE2021 a reposição do apoio ao abate para veículos em fim de vida. Parece haver intenção do governo para que volte, mas apenas para quem compra elétricos. Compreendemos a intenção, importante para a mobilidade elétrica, mas face à terrível depressão do setor, com quebras na ordem dos 85%, o governo deveria repor o apoio também para substituição por carros com motores a combustão, por exemplo, com mais de oito anos. Teria efeitos salutar, já que não só ajudaria o setor a vender como se retirariam de cir-



culação veículos antigos e mais poluentes.

Sandra Vera-Cruz,
diretora-geral da Coca-Cola Portugal

É da maior importância que o OE2021 tenha foco particular no estímulo ao consumo, que permitirá o incentivo à atividade de áreas importantes para a economia portuguesa, como os setores Horeca e do Turismo, com inúmeros estabelecimentos de hotelaria, restauração e cafetaria, essencialmente micro e pequenas empresas. Que as medidas possam contribuir para que os portugueses tenham oportunidade de apreciar estes pontos de encontro imprescindíveis.



Stephan Morais,
fundador da Indico Capital

Um incentivo fiscal para que fundos de pensões, seguradoras e instituições financeiras invistam na classe de ativos de *venture capital* – ou seja, em fundos de capital de risco que investem em tecnológicas. Esta classe de ativos é inexistente para estes investidores nacionais, ao contrário do que sucede em todos os mercados desenvolvidos, onde são a base do ecossistema empreendedor.



Telmo Santos,
co-CEO da EuPago

Fala-se no apoio à digitalização mas esquece-se o investimento na literacia digital. De que vale ter milhões de lojas *online*, se a maioria não cumpre padrões mínimos de qualidade? O consumidor não está informado e soma más experiências de compra. Se queremos uma economia digital forte, o Estado terá de apostar na formação dos jovens através das suas instituições e de outros *players*.

